<u>Para a compreensão política do 25 de Novembro de 1975</u>

Um contributo:

testemunho de Victor Louro[1]

Este testemunho é estritamente factual. Dele omito qualquer opinião pessoal, no intuito de deixar o leitor inteiramente livre para as suas próprias interpretações.

O VI Governo Provisório, liderado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, contava, no Ministério da Agricultura, com o Ministro Lopes Cardoso, indicado pelo PS, e pelo Secretário de Estado da Estruturação Agrária António Bica, indicado pelo PCP, cujo gabinete integrei.

Esse governo sucedeu à publicação em 26 de Julho do decreto-lei que regulamentava a Reforma Agrária. Verificava-se então a sucessão de boicotes à produção por parte de agrários, pondo em causa as colheitas e as sementeiras de outono. Simultaneamente, os trabalhadores organizavam-se para defender os postos de trabalho, já desde o ano anterior, quando esses actos começaram. Começaram, então, as ocupações, como corolário desse movimento de sobrevivência, primeiro, e de implantação da reforma agrária sob o lema *A terra a quem a trabalha*, com a constituição de unidades colectivas de produção (UCP).

O 1º problema, porventura, das UCP era a descapitalização a que estavam sujeitas as empresas agrárias que as constituíam: perante a perspectiva da Reforma Agrária, os latifundiários promoveram a venda de gados, a retirada de tractores, alfaias e maquinaria, o esvaziamento dos cofres… O pagamento de salários, a compra de gasóleo, sementes, máquinas… precisavam de dinheiro que não existia. O crédito de médio e longo prazos não era acessível às UCP, que apenas podiam aceder ao Crédito Agrícola de Emergência. A. Bica decidiu alargar o CAE (já existente) à compra de equipamentos e bens essenciais ao prosseguimento da actividade agrícola, sem a qual o país se veria a braços não apenas com o problema social do desemprego nos campos, como da quebra brutal das produções agrícolas, nomeadamente os cereais e o leite.

Bica conversou com o Comandante da Região Militar do Sul, brigadeiro Pezarat Correia, explicando a premência do prosseguimento das ocupações, justamente tendo em conta a necessidade de realizar as colheitas do que tinha sido produzido ao longo do ano, mau grado

---

[1] Texto construído na base da documentação existente no Fundo Victor Louro do Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, nomeadamente: carta do Secretário de Estado da Estruturação Agrária (Victor Louro) ao Ministro da Agricultura e Pescas (Lopes Cardoso) datada de 22 de Junho (6 páginas), a carta de 16 de Julho sobre o comportamento do director do CRRA Évora (4 páginas) e a carta de despedida, datada de 22 de Julho de 1976 (12 páginas).

os boicotes dos agrários, nomeadamente a apanha da azeitona, como para assegurar as sementeiras de outono-inverno, indispensáveis para o país.

O *25 de Novembro* aconteceu nesse período.

Foi nesse contexto que o Ministro Lopes Cardoso, invocando o – a seu ver – não autorizado alargamento do CAE, impôs a saída de A. Bica. Sucedi-lhe, por indicação do PCP e aceitação do Ministro, tendo tomado posse em 21 de Janeiro de 1976 até ao final do VI Governo Provisório em 23 de Julho seguinte.

Ao tomar posse, conformei-me com o despacho do Ministro que, invocando as "orientações dimanadas do Conselho de Ministros (…para) disciplinar o processo de Reforma Agrária em curso e corrigir erros entretanto cometidos", designadamente com os seguintes "pressupostos base de todo o processo": "1 – os processos de expropriação obedecem a uma programação (…); 2 – a preparação do processo de expropriação é acompanhada de um outro processo de preparação da ou das novas unidades de produção a instalar por forma que se minimizem os riscos de uma desorganização da produção e consequentes custos sociais." E prossegue invocando as orientações recentes do Conselho de Ministros "no sentido da formalização legal das expropriações relativas a propriedades retiradas de facto da posse dos seus donos com prioridade sobre a efectivação de novas expropriações".

Pois o Ministro tomou uma iniciativa significativa: criou o cargo de Subsecretário de Estado da Estruturação Agrária Adjunto do Ministro, para o qual nomeou Castro Guerra, um seu próximo, muito próximo, que o acompanhou depois na deambulação pela UEDS – União da esquerda para a Democracia Socialista, que fundou em 1978. Este tinha a função de ser a ligação aos centros de reforma agrária. Por aqui se vê que o objectivo era boicotar as funções do Secretário de Estado comunista, a quem continuou a atribuir a responsabilidade do bom funcionamento das unidades orgânicas do ministério que estavam sob a sua tutela, designadamente aqueles centros de reforma agrária. Ao mesmo tempo entregou a direção desses centros a pessoas da sua confiança política, sem sequer consultar o respectivo Secretário de Estado.

Começou então um conjunto de factos reveladores do real posicionamento dos responsáveis dos CRRA e da sua tutela política, o Subsecretário e o Ministro: entrega de dinheiros aos agrários, a título de colheitas (feitas pelas UCP) sem olhar às dívidas ao Estado que aqueles tinham ao CAE e outras; e *adiantamentos* a título de valores de inventário, produtos do ano, frutos pendentes, e até indemnizações (estas não estavam ainda regulamentadas por lei).

Descapitalização das UCP

Prosseguia o caminho da descapitalização das UCP: o dinheiro que as UCP depositavam de boa-fé nos CRRA, respeitando as orientações impostas, eram desbaratados com os agrários (como atrás referi); os produtos entregues ao Instituto dos Cereais eram pagos meses depois, descontados do cumprimento integral das dívidas das UCP ao CAE (constituídas para

pagamento de salários do trabalho utilizado mesmo noutras produções não cerealíferas), constituindo uma grosseira e inconstitucional intromissão nas orientações de gestão e autonomia das UCP.

O crédito e a comercialização das produções através dos organismos públicos foram claramente instrumentos de descapitalização das UCP. Não só não foi dado acesso das UCP ao crédito de médio e longo prazos acessível aos agrários, como, quando houve mexidas nas taxas de juro, enquanto os créditos de médio e longo prazos tiveram uma descida de 3,25 pontos percentuais, a descida no CAE (acessível aos trabalhadores) foi de apenas 0,5 pontos percentuais. Quando o IRA pediu à CGD (como habitualmente) um empréstimo de 1 300 mil contos para corresponder aos compromissos de crédito com os agricultores, a Caixa concedeu 100 mil contos (7% do necessário).

Expropriações

As orientações do Conselho de Ministros que pretextaram as orientações do Ministro foram claramente desrespeitadas por ele, que as invocou. O caso mais gritante foi o das expropriações. Dos 1 600 mil hectares teoricamente expropriáveis, dos quais estavam ocupados 1 050 mil hectares, tinham sido expropriados apenas 183 448 hectares aquando do final do VI Governo, apesar de ter sido proposta a expropriação de 512 040 hectares, graças ao esforço do gabinete do Secretário de Estado na preparação das portarias de expropriação. Também no decurso do VI Governo e para responder às reclamações apresentadas pelos agrários sobre ilegalidades cometidas no processo das ocupações, o Ministro criou uma Comissão de Análise constituída por gente séria da sua confiança (que também o acompanhou mais tarde na UEDS): das 7 centenas de reclamações, a Comissão deu provimento a umas dezenas que no seu conjunto representavam menos de 17 000 hectares. Ficou assim provado que todas as *ilegalidades* que alimentaram uma grosseira campanha contra os trabalhadores que deram cumprimento à lei a Reforma Agrária, representavam 1,6% das terras ocupadas: convenhamos que num processo sem intervenção do Estado, foi um erro bem pequeno!

O "caso" Victor Louro

No entretanto ocorreu uma insólita suspensão do Secretário de Estado da Estruturação Agrária. A 9 de Março *O Dia* noticiava na pág. 3, não a reunião feita pelo SEEA em Évora, mas que "se terá distinguido pelo incitamento (…) à defesa intransigente das ocupações até agora empreendidas, *o que por alguns observadores é considerado como um verdadeiro incitamento à violência* (...)". E *A Luta* (dirigido pelo socialista Raul Rego) publicava na 1ª página uma notícia com o subtítulo "Apelos do eng. Vítor Louro à violência na origem do diferendo"; concluía na última página: "Recordamos ainda que o eng. Vítor Louro é militante do Partido Comunista Português".

No dia seguinte juntava-se o jornal *A Capital*, noticiando em quase metade da 1ª página que "Vítor Louro nega ter incitado à violência". *O Dia* diz que "*parecem confirmar-se* os

incitamentos à violência por parte do engº Vítor Louro (...)". *A Luta* volta à carga na 1ª página com um artigo do director Raúl Rego intitulado "Com sangue?", que termina com a frase "Um governante destes é um perigo para o País e para a Revolução que nós queremos o mais limpa possível", acompanhado de um *cartoon* "Ó Louro dá cá o sangue". Noutra secção, um parágrafo: "O engº Louro, ilustre militante do PC de Cunhal, vai continuar no Governo? Se sim, isso quer dizer que o golpismo vai continuar *ad eternum*. E os outros membros do Governo aceitam aquele par? Se sim, talvez a conciliação vá até ao inconcebível. Afinal, a quem aproveita a lição do 25 de Novembro?!".

Aqui estão os ingredientes todos: militante do PCP de Cunhal, um governante que é um perigo, o sangue, o querer que o 25 de Novembro fosse uma oportunidade de exclusão do PCP, o apelo aos outros ministros para se juntarem ao coro.

A onda de acusações cresceu rapidamente e persistiu com vista à sua demissão. O Conselho da Revolução, na pessoa de Vasco Lourenço (que propôs o assunto) queria a sua demissão, mas aceitou que o Ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, explicasse naquele órgão a situação, em 15 de Março. E conseguiu uma saída de compromisso: que fosse averiguada a veracidade das acusações. Então o Primeiro-ministro, com a anuência do C.R., ordenou um inquérito em 16 de Março, a ser feito pelo Procurador-Geral da República Dr. Manuel João da Palma Carlos.

Face ao resultado negativo apurado, em 20 de Abril o Primeiro-ministro proferiu novo despacho ordenando o regresso ao exercício pleno das suas funções governamentais.

A pessoa do Secretário de Estado era um mero pretexto. A deturpação das suas declarações alimentou a campanha que, visando-o pessoalmente, se enquadrava na ofensiva mais geral contra a Reforma Agrária.

Este foi um "caso" que começou de mansinho, com apenas 2 jornais a referirem-se-lhe, que passaram a 3 no dia seguinte, e num crescendo até 12, tendo registado 4 *entradas* no 1º dia, que cresceram até 32 no dia 12, e 30 no dia 17. A arte consistiu em desfigurar um facto, invertendo-lhe o significado, e arranjar um sujeito (o director do Centro Regional da Reforma Agrária de Évora) que aceitou fazer o papel de charneira: de agradecido ao SEEA, passou a acusador! O resto foi o empolamento martelado sem esmorecimento... E a difícil digestão do resultado de um inquérito exemplar.

O Ministro Lopes Cardoso, tanto afirmava a sua confiança na pessoa do SEEA, como colocava peças nos Centros de Reforma Agrária que agiam a preparar a confusão, às vezes com uma desgraçada covardia.

Uma onda fantástica! Como fantástica foi a onda de solidariedade para com o SEEA. E nela *surfaram* todos os pasquins reaccionários: *Barricada*, *Tempo*, *Rua*, *Sol*. E a fina flor dos comentadores (não necessariamente todos do mesmo calibre): Raul Rego, Álvaro Guerra, Francisco de Sousa Tavares, Natália Correia, Marcelo Rebelo de Sousa.

Porém, nesse entretanto o Subsecretário de Estado da Estruturação Agrária ficou em roda livre, e o Ministro não teve pejo em sanear (transferindo) 37 técnicos progressistas dos CRRA. Interveio pessoalmente nos casos dos seareiros do Couço e de Coruche (neste caso impulsionando a criação da respectiva Associação de Agricultores, antes chamada de Pequenos e Médios Agricultores, que logo se filiou na CAP), bem como na Herdade dos Machados. E à mesma hora que o Ministro, à entrada para o Conselho de Ministros, respondia que não queria saber da CAP e estava farto disso, aquele seu colaborador, em Coruche, iniciava uma reunião com essa organização.

Ainda nesse período, o referido Subsecretário espraiava-se em afirmações significativas: dava guarida à ideia de que as UCP estavam sobre equipadas (elas que ocuparam explorações latifundiárias, caracteristicamente sub-equipadas), e com “gente a mais”, recomendando, em reunião com representantes das UCP, que por isso deviam tratar de fazer as lavouras à mão!... E furtaram às expropriações e nacionalizações as grandes empresas agro-industriais.

E significativamente, durante o período da suspensão do SEEA nem uma portaria de expropriação (das muitas que aguardavam assinatura do Ministro) foi publicada.[2]

Mas não foi só neste plano dos operários agrícolas e UCP que se manifestou este tipo de intervenção ministerial. As cooperativas de pequenos e médios agricultores que se foram formando, e às quais o SEEA estendeu naturalmente o acesso ao CAE, foram depois privados dele – ou melhor, para terem acesso tinham de preencher um conjunto de condições e modelos absolutamente impossíveis.

No caso do arrendamento rural, também foi manifesta a oposição do Ministro à aplicação da nova lei, não assinando a publicação da Tabela de Rendas Máximas que lhe propus; nem o decreto simples para regulamentar o pagamento das rendas em géneros; nem a proposta de decreto-lei sobre as comissões arbitrais previstas na lei.

Ou seja, com o pretexto das orientações do Conselho de Ministros, tudo foi feito contra os trabalhadores e as suas UCP; contra os pequenos e médios agricultores e as suas cooperativas; contra os rendeiros, não publicando os instrumentos necessários à aplicação da lei do arrendamento; ao mesmo tempo que se satisfaziam os interesses dos agrários expropriáveis entregando-lhes dinheiro e meios de produção de qualquer maneira. E ainda, não produzindo nenhuma das iniciativas que deveriam dar corpo às orientações que eram invocadas para confrontar a Reforma Agrária, tal como ela se tinha desenrolado.

Barreiro, 24 Nov 2025

[2] Lopes Cardoso foi o 1º Ministro da Agricultura do I Governo Constitucional, do qual se demitiu por entender não pactuar com o que queria parte do Partido Socialista, incluindo Mário Soares. Seguiu-se-lhe António Barreto. Lopes Cardoso participou em algumas acções da grande campanha popular contra a Lei Barreto, ao lado do autor deste texto e muitos outros anti-fascistas, em 1977.